

Não apaguem a Memória!

movimento cívico

Boletim Noticioso

Penso & Digo

Nº extra – 18 Jan 2007

Plenário do Movimento

Hoje 18 de Janeiro, 21h., na A25Abril

Ordem de Trabalhos.

1. Leitura e aprovação da Acta anterior
 2. Informações gerais
 3. Balanço e perspectivas
 4. Objectivos / Composição e Coordenação dos Grupos de Trabalho
 5. Planos de acção dos G.T.
 6. Divulgação de inscrições
- Apareçam ... e tragam mais cinco vozes!

Polémica sobre a natureza e objectivos do Movimento

...com Pacheco Pereira a propósito das fidelidades políticas do Movimento

Pacheco Pereira, colunista do jornal Público, escreveu aí, no passado 7/12/06, um artigo intitulado: *Não apaguem a memória, mas também não lembrem só uma parte da memória*, que também colocou no seu blog, “Abrupto” – <http://abrupto.blogspot.com/> e para a qual o nosso blog chamou em devido tempo a atenção. Neste momento ela só está disponível no jornal, que reserva o acesso a assinantes. Por isso, não é possível transcrevê-la na íntegra. Aqui fica uma súmula da parte que suscitou a polémica dentro do Movimento e, por intervenção do director do *Avante!*, José Casanova, também nas páginas deste semanário.



Pacheco Pereira interpela o Movimento quanto à sua liberdade de acção relativamente ao PCP, enunciando uma premissa falsa e construindo, a partir daí, uma argumentação formalmente correcta, mas substancialmente

errada.

Escreve: “Acaso não era suposto o Movimento dizer alguma coisa sobre a política do PCP de fechar os seus arquivos e apenas divulgar documentos escolhidos a dedo para não ferir uma história tão ‘oficiosa’ como falsa? Ninguém contesta o direito legal que o PCP tem de não abrir os seus arquivos, mas talvez se deva exigir

A “Carta Aberta” de João Almeida, que foi transcrita parcialmente na secção de “Cartas ao Director” do jornal Público, mereceu, posteriormente, o seguinte comentário de José Casanova, no *Avante!* de 4/1/07

Memória do anticomunismo



Prossegue a intensa campanha visando instalar a ideia de que não houve fascismo em Portugal e de que, não tendo havido fascismo, não houve resistência antifascista. Assim, pretendem os autores da campanha matar dois coelhos com uma só cajadada: apagar da história e da memória o regime terrorista que

durante quase meio século oprimiu o País e o povo e, simultaneamente, silenciar o papel desempenhado pelo PCP nessa resistência e na luta pela democracia e pela liberdade – papel singular, este, como muito bem sabem (mas não querem que se saiba) os promotores dessa campanha. E percebe-se que não queiram: na verdade, não lhes interessa que se saiba que, quando em Portugal não havia liberdade e lutar por ela tinha como consequências a prisão, a tortura, por vezes a morte, os comunistas ocuparam sempre a primeira fila dessa luta e foram, sempre, os principais alvos da perseguição e da repressão fascistas.

Tanto é o empenho que esses anticomunistas militantes põem no bom cumprimento da tarefa que, por vezes, se atropelam e se atingem uns aos outros, cada qual procurando mostrar melhor trabalho feito.

Um dia destes, Pacheco Pereira publicou um texto anticomunista dirigido contra um alvo errado: o Movimento Não Apaguem a Memória – tão-somente porque, por distração conjugada com a sua doentia obsessão anticomunista, partiu do princípio de que esse Movimento era uma criação do PCP.

Dias depois, respondeu-lhe um membro do referido Movimento – João Almeida. Corrigiu-o, garantiu-lhe que nenhuma ligação há entre esse Movimento e o PCP, explicou-lhe, mesmo, que «é fácil perceber que ao PCP não interessaria que este movimento existisse». Porquê? porque, como dizem Pacheco Pereira e João Almeida em coro síncrono, «o PCP considera como sua propriedade privada a memória da resistência ao Estado Novo». A falsidade da afirmação é óbvia, mas que importância tem isso para quem a faz? O que interessa é que, esclarece, oportuno, João Almeida, o Movimento Não Apaguem a Memória existe precisamente para combater o PCP, para «questionar essa propriedade privada». Ou seja, unidos pela memória do anticomunismo comum aos dois, Pacheco & Almeida estão de acordo no essencial.

E, já agora, registre-se mais este traço de união: quer no texto de Pacheco Pereira quer no de João Almeida, a palavra fascismo não é utilizada uma única vez para designar... fascismo. Coincidências...

José Casanova

ao partido, que participa nas iniciativas do Movimento Não Apaguem a Memória! e as apoia, que se comporte de forma diferente e que não ajude a sonegar do conhecimentos de todos a parte da memória colectiva que se encontra fechada nas suas sedes (...).”

Erro nas fontes ou debilidade na sua informação, o que vem a dar ao mesmo, Pacheco Pereira equivocou-se. Foi o que lhe disseram diversos membros do Movimento, em cartas enviadas ao Público, que há uma semana aí aguardam publicação e, por isso, entendemos poderem ser desde já aqui divulgadas.

De dentro do Movimento, houve quatro respostas a esta interpretação de Pacheco Pereira: a de João Almeida, em forma de Carta Aberta, a de Martins Guerreiro, intitulada “Resposta a Pacheco Pereira”, a de Artur Pinto com o título “Em resposta a Pacheco Pereira” e a de Ana Prata, em forma de manifesto: “Não apaguem a memória!”

Aqui se reproduzem

Carta Aberta a propósito da Memória

Caro Pacheco Pereira



A sua crónica de quinta-feira passada fez-me sorrir e pensar. Sorrir pela sua falta de argúcia. Escreve que o PCP participa e apoia as iniciativas do Movimento Cívico Não Apaguem a

Memória!. Mesmo sem argumentar que este é composto por cidadãos a quem não se pergunta a sua filiação partidária, é fácil perceber que ao PCP não interessaria que este movimento existisse. A razão está, inclusivé, nas suas palavras – o PCP considera como sua propriedade privada a “memória” da resistência ao Estado Novo. Ora, no desenvolvimento das suas acções, o “Não Apaguem a Memória!” vem questionar essa “propriedade privada”, o que, naturalmente, não é bem visto na Soeiro Pereira Gomes, de onde não veio participação ou apoio. Este Movimento não é uma organização satélite do PCP nem de qualquer outro partido. Se o fosse, estou certo de que eu e a maioria dos que nele participam não lhe teríamos dado o nosso empenho. Falamos com todos, mas *não obedecemos a nenhum!*

A questão do arquivo do PCP também me parece óbvia. Enquanto houver a possibilidade de retirar dividendos políticos do seu uso, o PCP não o abrirá a ninguém. O que do ponto de vista da propriedade, e apenas nesse, é legítimo. Continuará, assim, a haver ficções sobre “grandes antifascistas” e, em contraponto, esquecimentos éticamente censuráveis.

Não concordo consigo quando algo professoralmente recomenda a necessidade de juntarmos à “memória edificada” a “memória dos homens”. Creio que só o diz por ter da nossa actividade um conhecimento

A polémica, agora já entre o director do Avante! e os membros do Movimento que haviam respondido a Pacheco Pereira, Martins Guerreiro e João Almeida, tomou a forma de um afirmação de princípios por parte de Martins Guerreiro e de uma nota confidencial, dirigida apenas ao Grupo de Ligação, por parte do João Almeida.

Aqui se recorda a declaração de Martins Guerreiro, difundida ontem aos membros do Movimento.

Movimento Não Apaguem a Memória! – efeitos e reacções à sua actuação

A existência do Movimento veio preencher uma lacuna e responder a uma necessidade da sociedade portuguesa.

Tem sido grande a adesão espontânea ao movimento e relevante o interesse das pessoas que participaram ou apoiaram a resistência à ditadura e ao fascismo e dos jovens que não viveram esses tempos, por outro lado o sucesso do movimento também originou reservas.

Constatamos assim que:

Os resistentes ou seus apoiantes desde início viram com muita simpatia o movimento, aderiram emocionalmente e perceberam que o movimento responde a uma necessidade e dever de memória da nossa sociedade;

Muitos cidadãos, incluindo jovens, com sensibilidade política democrática aderem também com entusiasmo e sem reservas aos objectivos e acções do movimento;

Muitos comunistas aderiram sem quaisquer reservas, contam-se por muitas centenas os que apoiaram a petição à A.R., tendo participado e continuando a participar nas acções do movimento,

Após a visita a Peniche tivemos conhecimento que responsáveis comunistas colocavam reservas ao movimento, o que viemos a constatar directa e publicamente a propósito de novas realizações.

“Não Apaguem a Memória!” é, pela sua natureza, um movimento cívico de cidadãos livres com diferentes sensibilidades políticas, unidos em torno de objectivos do dever da memória e preocupados com a transmissão às novas gerações dos valores da liberdade e da democracia, bem como o conhecimento da nossa história recente, designadamente da luta dos resistentes e do povo português contra a ditadura que vigorou até 1974.

As nossas acções visam naturalmente lembrar casos concretos e emblemáticos dessa resistência e preservar lugares simbólicos da luta contra a ditadura. Poderão, pelo facto de terem visibilidade pública, prestar-se a diferentes interpretações do ponto de vista político ou partidário e até ser instrumentalizadas e aproveitadas para campanhas partidárias, na luta política e imediatista.

Desde início sabíamos que isso poderia acontecer. Também sabíamos que, em termos pessoais, este ou aquele activista poderia vir a ser atacado ou ser “persona non grata” para esta ou aquela força política. Por isso, decidimos que não nos situáramos nesse campo da luta

desprendido, pois desde o primeiro plenário deste Movimento que esse é um campo de trabalho que se vai explorando na medida do esforço e disponibilidade de alguns. O que acontece é que tem frutos menos visíveis e necessita de mais tempo e trabalho de outra natureza. É óbvio que a “memória edificada” necessita da “memória dos homens”, caso contrário o “edifício” perderia o sentido. Mas, Pacheco Pereira, fica aqui feito o convite para que participe connosco nesse esforço conjunto, sobretudo tendo em conta o trabalho de investigação que já fez, integrando um dos vários grupos de trabalho ou, se preferir, criando um outro que lhe pareça necessário.

Este Movimento considera que pode dar um contributo em prol da memória do que foi a resistência à ditadura no Estado Novo. E pretende fazê-lo. Mas não temos vocação monopolista nem universalista. Propomo-nos, por um lado, honrar e dignificar os que lutaram e sofreram para derrubar a ditadura e, por outro, criar as condições para preservar essa memória em defesa da democracia e da liberdade. Poderemos, com isso, vir a cair num gueto político? Não sei! Sei que temos de definir fronteiras para não nos transformarmos em lamentáveis alforrecas políticas. Sei que temos de eleger com rigor o nosso campo de acção para não correremos o risco de nos tornarmos inconsequentes.

Some-se com o nosso o trabalho de outros, cidadãos, organizados ou não, porque o importante é que a memória exista e esteja disponível para todos, dos miúdos da escola aos “tecnocratas que nos governam”! A propósito, na próxima quinta-feira dia 21 de Dezembro, às 16h, vou ouvir a sentença, juntamente com Duran Clemente, de um julgamento em que sou acusado de ter organizado e participado no protesto de 5 de Outubro de 2005 na Rua António Maria Cardoso, a propósito da extinção da memória da sede da PIDE/DGS.

Apareça!

João Almeida

Resposta a Pacheco Pereira



Devo agradecer ao Pacheco Pereira (PP) o artigo que escreveu sobre o Movimento!

PP a partir de algumas considerações,

tipo dicotómico “claro/escuro” desenvolve um raciocínio sobre a memória da ditadura, como se aquelas considerações/afirmações, fossem o nosso ponto de vista, metodologia ou prática e deriva para juízos sobre a política de arquivos e a posição do PCP; indica mesmo o que o Movimento era suposto dizer ou fazer, cito: “mas talvez se deva exigir ao partido, que participa nas iniciativas do Movimento e as apoia, se comporte de forma diferente” (o sublinhado é meu).

Dado que esta premissa não corresponde à verdade e

político partidária, não iríamos apresentar os nossos objectivos ou linhas de acção aos partidos políticos, não nos deixaríamos envolver na luta ou na disputa política ou ideológica, quer no que se refere ao presente, quer no que se refere ao passado sobretudo na referência ao quadro dos que resistiram à ditadura e ao fascismo português.

Percebe-se que os dirigentes de partidos políticos sintam necessidade de orientar os seus militantes quanto a acções que podem ter consequências políticas que transcendem a sua linha política ou não servem os seus objectivos imediatos.

Estão no seu pleno direito e não temos nada com isso, podemos, quando muito, lamentar a dificuldade da unidade com acções promovidas por outros. Mas isso não traz qualquer animosidade ou impedimento da nossa parte para participar em acções promovidas por essas forças, sempre que visem o dever da memória e objectivos semelhantes aos nossos.

Percebemos que dirigentes políticos, para convencer correligionários ou apoiantes, recorram a figuras de caracterização simples, como fascismo, antifascismo e anticomunismo, porque são conceitos a que é mais fácil uma adesão emocional e permitem, assim, a “separação” de outros cuja influência (ou atracção) poderá não ser conveniente de momento.

Devemos, porém, informar os amigos que se interessam pela nossa actividade cívica e pela concretização dos nossos objectivos que o Movimento “Não Apaguem a Memória!” não se situa ao nível da luta político partidária nem aceita que o procurem colocar no campo do “anticomunismo” e muito menos dos que pretendem branquear a ditadura.

Consideramos mesmo que pegar nas palavras de alguém do movimento, descontextualizá-las e interpretá-las à maneira que der jeito para as inserir no âmbito de uma campanha anticomunista não é intelectualmente sério. Embora politicamente possa produzir os resultados imediatos pretendidos, a longo prazo revelar-se-á errado e negativo para futuras acções de unidade visando a construção duma democracia mais participativa, livre e justa.

Vem isto a propósito de um recente artigo publicado em jornal partidário que considera inserir-se no âmbito duma campanha anticomunista a resposta do João de Almeida a uma crónica do Pacheco Pereira.

Porque não consideraram também outras respostas de membros do Movimento nesse âmbito? Será apenas por uma questão de estilo?

Não pretendam empurrar o Movimento “Não Apaguem a Memória!” para o campo da luta anticomunista, nós não estamos lá.

Não usem a metodologia e a tática do Pacheco Pereira que pretendia colocar-nos no campo comunista. Não se usem argumentos de forma dicotómica do tipo de “quem não nos apoia ou quem nos critica é contra nós”. A realidade é bem mais complexa não pode ser transmitida ou reflectida em raciocínios simplistas deste tipo, orientações com esta base levarão com certeza a erros e maus resultados de futuro.

O Movimento não se define em função de posições ou acções pro-comunistas ou anticomunistas, como também

resultará de falta de informação ou de ligeireza na apreciação dos nossos documentos e actuação, clarifiquemos esta questão, que é essencial para nós.

1. O Movimento, pela sua natureza, objectivos, princípios e prática, é um movimento de cidadãos livres, aberto, plural, policêntrico e completamente autónomo de qualquer organização política, económica ou religiosa;
2. O Movimento aceita apoios de organizações ou pessoas que concordem com os seus princípios, natureza e objectivos, mas não aceita nem procura ligação com partidos políticos ou a tutela seja de quem for;
3. O Movimento não tem uma ideologia própria, no seu seio cabem os cidadãos que professam diferentes ideologias ou credos desde que concordem com os nossos objectivos, princípios e métodos democráticos de funcionamento.

É esta pluralidade e capacidade de trabalhar em conjunto, sem tutelas nem mentores, que constitui a nossa força e nos permitirá dar um contributo para que não apaguem a memória da Ditadura e da Resistência.

Quanto à participação e apoio do PC nas nossas iniciativas, respondo sem qualquer dúvida:

Não conhecemos qualquer participação do PC ou doutro partido nas nossas actividades;

Se apoia nós não sabemos, não ouvimos qualquer declaração de dirigentes nesse sentido, poderei mesmo dizer que já ouvimos intervenções que permitem outra interpretação; Agradecemos que PP nos dissesse onde, como e quando houve participação ou apoio do PC às nossas actividades.

O Movimento também defende do esquecimento homens e mulheres como os indicados por PP a que poderia acrescentar Flausino Torres, Bento Gonçalves, Maria Lamas e tantos outros. Nós não distinguimos entre os resistentes e os lutadores pela liberdade, todos merecem o nosso respeito e consideração.

Mas que ninguém pretenda que sejamos nós, Movimento, a escrever a história dos resistentes ou a recordar e assinalar todos.

O nosso saber, capacidade e disponibilidade são limitados, além de que não nos pretendemos substituir aos órgãos do Estado Democrático e às Universidades e outras instituições, nem concorrer com associações e organizações que visam fins semelhantes, pretendemos, sim, que sejam disponibilizados meios e criadas condições para que este trabalho de preservação, investigação e divulgação da memória possa ser feito da melhor maneira.

Em resumo, PP assume uma posição subjectiva relativamente ao Movimento *Não Apaguem a Memória!*, atribui-nos posições, metodologias, preocupações e uma visão dicotómica que não correspondem aos nossos princípios e natureza nem à nossa prática. Não procure associar-nos ao PCP porque isso não é verdade, nem o Movimento nem o PC deram qualquer passo nesse sentido.

não se situa num enquadramento da luta de resistência à ditadura reduzida aos conceitos fascismo e antifascismo, mais uma vez a realidade foi e é muito mais complexa e rica.

Não nos deixaremos envolver ou aprisionar por simplificações redutoras, continuaremos a trabalhar e lutar pela dignidade e honra de todos os resistentes e lutadores contra a ditadura e o fascismo português que derrubámos em 1974, quer sejam ou tenham sido comunistas, socialistas, democratas, republicanos, católicos, militares ou independentes.

Não nos preocuparemos com a filiação actual, passada ou futura seja de quem for, basta-nos que esteja no nosso movimento de livre vontade e que queira atingir os mesmos objectivos que nos propomos, através de métodos de funcionamento e decisão democraticamente estabelecidos.

Ficaremos satisfeitos se o nosso movimento e a nossa acção contribuírem para despertar e motivar outras forças para honrar e homenagear resistentes contra a ditadura e lutadores pela liberdade que considerem merecer essa distinção.

Estaremos assim, também a contribuir para o dever da memória e para que seja feita a justiça possível a esses homens e mulheres que tanto se sacrificaram para que hoje tenhamos alguma liberdade.

O Movimento “Não Apaguem a Memória!” pretende que sejam criados os instrumentos e as condições para que as novas gerações possam defender de forma consciente os valores da liberdade e da democracia e conheçam a história recente da luta contra a ditadura e o fascismo em Portugal.

Manuel B. Martins Guerreiro – 16 Janeiro 2007

A discussão sobre esta questão deu origem, por seu turno, a uma declaração de princípios por parte do Núcleo do Porto do Movimento

Sobre a polémica com o Avante! Comunicação ao Plenário de 18 Janeiro 2007



O Núcleo do Porto do movimento *Não Apaguem a memória!*, reunido a 17 de Janeiro de 2007, considera que:

1 - os membros deste movimento cívico têm o direito inalienável de expressarem publicamente as suas opiniões pessoais, desde que salientem que o fazem a título individual;

2 - os membros deste movimento não devem esquecer que fazem parte de um colectivo que orienta e desenvolve a sua acção de acordo com os princípios expressos na Carta do Movimento;

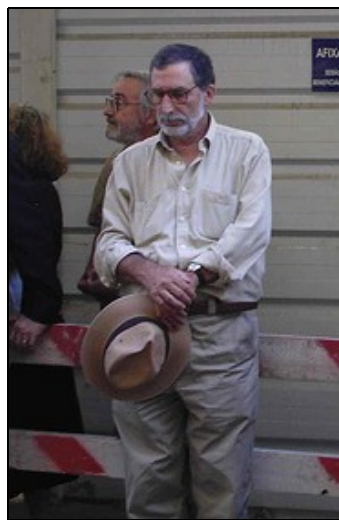
3 - esses princípios constituem eixos orientadores que devem prevalecer sobre atitudes voluntaristas que ponham em causa a coesão interna do movimento e o desviam das suas finalidades;

4 - o artigo do *Avante!* é uma resposta compreensível face

O futuro dirá se o nosso contributo foi apenas residual, ou se pelo contrário conseguimos algo de valioso ao despertar outras forças e os órgãos do Estado Democrático para a concretização das indispensáveis políticas e tarefas que se impõem para que a memória da Ditadura e da Resistência não se apaguem

Martins Guerreiro

Em resposta a Pacheco Pereira



Como ex-presos político julgado e condenado no Plenário de Lisboa (1965) e como apoiante do Movimento Cívico *Não Apaguem a Memória!*, sinto a obrigação de vir a terreiro a propósito do artigo “Não apaguem a memória, mas também não lembrem só uma parte da memória”, publicado no passado dia 7 de Dezembro no jornal Público.

O artigo de Pacheco Pereira traz um importante contributo para a discussão sobre o que deve ser a memória da resistência à ditadura, designadamente quanto à sua concepção, nomeadamente para evitar a sua instrumentalização política. Carreia ainda elementos para a discussão sobre o que deve ser a vocação do Movimento Cívico *Não Apaguem a Memória!*, se confinado a um papel meramente reivindicativo e sem forma institucionalmente estruturada ou se deve evoluir para um outro tipo de associação com personalidade jurídica e outra capacidade de diálogo, de afirmação e de intervenção quer ao nível da sociedade, quer ao nível dos poderes públicos. Esta é uma discussão a que o movimento não vai poder fugir e que parece começar a ganhar caminho no seio do Movimento.

O artigo prova, ainda, que os esforços desenvolvidos estão a resultar, uma vez que as acções realizadas tiveram a finalidade, entre outras, de alertar a opinião pública para o esquecimento a que foi votada a resistência ao fascismo português e a sua luta pela liberdade, a fim de que seja possível dar-lhe o lugar que por direito próprio tem na história. Sem este alerta o artigo de Pacheco Pereira não teria sido escrito, como o não teria sido o editorial de Nuno Pacheco no mesmo jornal, entre outros textos já vindos a lume, no entanto, Pacheco Pereira não deixa de cair num erro de análise (por força da sua própria memória?) que importa esclarecer, de uma vez por todas. Contrariamente ao que foi o passado, mesmo recente, deste tipo de organizações, o Movimento Cívico *Não Apaguem a Memória!*, não sofre o controlo de qualquer partido. A sua estrutura de funcionamento é multipolar, isto é, funciona na base de grupos de trabalho independentes entre si e não há uma direcção central, e os seus membros e apoiantes são todos aqueles que estão de acordo com a sua Carta de Princípios, de que cito : o

ao artigo do companheiro João Almeida;
5 - o movimento deve ter presente o papel de primeira grandeza que os militantes do PCP desempenharam no combate ao fascismo em Portugal e avaliar esse papel com rigor histórico;
6 - o movimento não existe para combater o PCP, mas para valorizar a luta de todos os antifascistas e perpetuar a memória das suas acções;
7 - o movimento *Não Apaguem a memória!* deve enviar ao director do jornal *Avante!* a Carta do Movimento, esclarecendo que é esse o documento que expressa os princípios e fundamenta as acções dos seus membros.
Não Apaguem a Memória!

Grupo de Comunicação

Com a Ordem de Trabalhos a seguir indicada reuniu-se no passado dia 15 de Janeiro 2007 o Grupo de Comunicação:

1. Balanço do ano 2006

1.1 – *Funcionamento do site*

1.2 – *Problemas informáticos do blogue e seu relançamento*

1.3 – *Articulação do gabinete de imprensa (GI) com o Grupo e o Movimento em geral*

1.4 – *Análise da experiência do boletim Penso&Digo.*

2. *Composição interna e co-responsabilização da coordenação dos vários pólos do Grupo*

3. *Definição de tarefas para o trimestre, com ênfase para o Festival de 17 Fev.*

4. *Eleição do elemento de representação no Grupo de Ligação.*

Estiveram presentes:

António Melo, Paula Cabeçadas e Rosário Campos.

Por falha de comunicação do coordenador, a reunião não se realizou no local indicado, a Livraria Ler Devagar. Com efeito, ela encontra-se encerrada na segunda-feira. Fez-se uma tentativa para contactar os membros do Grupo, dando-lhes conta da mudança de lugar. Infelizmente não foi possível estabelecer contacto telefónico com todos eles e o Carlos Veiga Pereira, que “bateu com o nariz na porta”, acabou por desesperar de esperar e regressou a casa. Deficiência que se procurará evitar em próximas reuniões e de que o coordenador assume a total responsabilidade.

Antes de se entrar na OT propriamente dita houve um período de informações. Nele se deu conta da apresentação na Assembleia da República de um projecto de Resolução, da iniciativa do PCP, sobre a salvaguarda da memória da resistência antifascista. Foi dado conhecimento, igualmente, da publicação no *Avante!* de 4 de Janeiro de um artigo da autoria do seu director, J. Casanova, onde a pretexto da resposta do João Almeida ao artigo do Pacheco Pereira, se colocava o Movimento na área do “anticomunismo”. Envia-se, em anexo, os dois textos. Foi ainda dado conta da importância do festival “Vozes ao alto!”, a realizar a 17 de Fevereiro, ser um êxito para o Movimento.

1. Sobre o site reafirmou-se o que já foi dito, de que é obrigação dos membros do Grupo de Ligação procederem

Movimento Cívico “Não Apaguem a Memória!” é um movimento de âmbito nacional, democrático, plural e aberto, ao qual podem aderir todos os cidadãos que se revejam na sua natureza, princípios e objectivos.

Em todas as suas acções e em conformidade com a sua natureza, o Movimento fez sempre apelo aos cidadãos, não aos partidos. E, uma vez que Pacheco Pereira refere explicitamente o PCP, não só este não participa, como não apoia as acções. No mínimo, até este momento, tem mostrado muito pouca simpatia, como se viu na recente cerimónia no antigo Tribunal Plenário de Lisboa onde não se fez representar apesar de convidado. Mas, ressalve-se, o Movimento não é contra o PCP, nem podia ser por força do seu papel essencial na luta contra a ditadura, como não é contra nenhum outro partido. Mas também se defende que a Memória não tem dono, não é exclusivo deste ou daquele partido, desta ou daquela organização: não há propriedade privada da memória.

A ronda a todos os grupos parlamentares, teve exactamente o sentido de obter o mais amplo consenso para que o Parlamento se pronuncie favoravelmente quanto aos objectivos da Petição entregue ao presidente da Assembleia da República, nomeadamente dando passos concretos para a publicação de uma Lei da Memória. Este importante documento não se deve cingir à simples preservação e consagração dos locais da resistência e da liberdade. Entre outros aspectos, deve consagrar a constituição de um Museu Nacional da Resistência e da Liberdade onde se preservem documentos e testemunhos (um Arquivo Nacional da Resistência?), deve apontar caminhos para que no ensino não seja descurada, às vezes mesmo maltratada, a luta pela liberdade, deve impedir que a outros locais suceda o que sucedeu à sede da PIDE.

A concluir, fazemos nossas as palavras de Gomes Canotilho, na mensagem que dirigiu ao Movimento a 6 de Dezembro, por ocasião do descerramento da lápide no Tribunal da Boa-Hora, reavivando a existência dos “tribunais plenários”, que Pacheco Pereira tão bem caracteriza na sua crónica: Não se trata, como pretendem alguns, de olhar resignadamente para o passado. Mas, perante a memória impedida, a memória interrompida, a memória manipulada, a memória apagada, é um imperativo moral e político não deixar esquecer o que não se pode nem deve esquecer. “Não deixar apagar a memória” é um grito de preocupação política e moral.

Artur Pinto

Não apaguem a memória!

Movimento com objectivo já perdido. Ou sem objecto, que memória já resta muito pouca.

Hoje estive no Tribunal da Boa-Hora, numa sessão de homenagem aos resistentes ao fascismo que foram julgados no tribunal plenário.

Depois fui a um seminário de mestrado que oriento: falando do assunto aos jovens licenciados, descobri, sem grande surpresa, mas com grande tristeza, que nenhum deles jamais ouvira falar do tribunal plenário

à sua actualização noticiosa.

2. Sobre o blog e os seus problemas informáticos, e na ausência do João Tito, que foi o seu desenhador gráfico, a Paula Cabeçadas assumiu a tarefa de tentar desbloquear os travões que o servidor Google criou, e até agora não conseguimos ultrapassar. Se até ao dia 18 tal não for possível, mudamos definitivamente para o novo endereço: <http://naoapaguemamemoria2.blogspot.com/>, de resto já em laboração e com notícias sobre a visita presidencial à Índia.

3. O gabinete de imprensa (*gabi*) deve dar todo o apoio ao Grupo de Iniciativas, na realização do Festival, competindo a este associar a si os dois elementos do *gabi* para isso disponíveis, Fernanda Ribeiro e Margarida Portugal. Rosário Campos prontificou-se a apoiar o *gabi* na feitura de textos para a imprensa e de divulgação do festival.

4. A análise do Penso&Digo foi positiva, mas sublinhou-se a sua escassa qualidade gráfica. A Paula Cabeçadas prontificou-se a fazer uma renovação gráfica do P&D, que lhe permitirá ter uma mais agradável leitura. Foi posta a hipótese do Veiga Pereira ficar a trabalhar no boletim, ficando o A. Melo de o contactar com esse fim.

5. Sobre a articulação interna dos vários pólos do GC ficou assente que ela se manteria, de momento, a cargo de A. Melo. Assentou-se, igualmente, na manutenção do *statu quo* dos coordenadores dos pólos, esperando que possam ser reforçadas as respectivas equipas com a chegada de novos membros. Assim o Zé Nuno mantém-se no site; o Daniel e a Cládia no blog, com o reforço da Paula Cabeçadas; no P&D fica o Melo (e o Veiga Pereira?), com o apoio gráfico da Paula Cabeçadas; no *gabi* a Fernanda Ribeiro, a Margarida Portugal e, desde agora, a Rosário Campos, assegurando a Paula Cabeçadas a secção de fotografia.

6. A representação do GC no Grupo de Ligação passará a ser exercida *ex-aqueo* pelo A. Melo e pela Paula Cabeçadas.

Em observações cuja resolução é matéria do Plenário, Rosário Campos considerou que o Movimento deveria tomar uma posição quanto ao referendo de 11 de Fevereiro, sobre a IVG. Considerou, ainda, que a defesa dos direitos humanos, da dignidade e das liberdades individuais, hoje em dia, deve também ser exercida pelo Movimento.

nem imaginava o que pudesse ter sido.

Hoje, numa aula de licenciatura, com cerca de 60 estudantes, houve uma que tinha ideia do que fora o tribunal plenário. Explicada sumariamente a realidade, muitos tinham um ar consternado, mas a maioria incrédulo.

O grande pensador José Pacheco Pereira publicou hoje um profundo texto no Público a indignar-se contra o PCP e o apagamento da memória feito por este partido. Não que não tenha razão; pena é que não se tenha preocupado com o apagamento da memória do seu próprio passado; e também lamentável que considere o Movimento um instrumento do PCP, o que não me pareceu corresponder à verdade ou, pelo menos, à verdade essencial deste Movimento. Para terminar, do alto da sua enorme e indiscutida sabedoria e consequente omissão de participação em acções deste género – que são de quem e para quem não é filósofo – , tem a gentileza de dar alguns palpites acerca do trabalho que o *Não apaguem a memória!* deveria fazer. Suponho que as pessoas que têm estado neste Movimento estão já a seguir os iluminados conselhos do sábio

Ana Prata